

*Pensando a família no Brasil: ganhos interpretativos  
a partir da micro-história*

Mariana Muaze  
UNIRIO

---

ABSTRACT

---

This article discusses the history of the family in Brazil and shows how micro- historical methodology can be an important instrument to analyze elite families such as Ribeiro de Avellar family that was a rich owner of land, slaves and coffee plantations in Vassouras, Paraíba Valley, Rio de Janeiro.

**Keywords:** family, Brazilian historiography, micro-history, habitus, patriarcalism.

Este artigo discute a historiografia da família no Brasil e apresenta os ganhos interpretativos da metodologia da micro-histórica para os estudos da classe senhorial e das dinâmicas familiares a partir dos resultados da pesquisa com a família Ribeiro de Avellar, rica proprietária de terras, escravos e cafezais na região de Vassouras, Vale do Paraíba, Rio de Janeiro.

**Palavras Chave:** família, historiografia brasileira, micro-história, habitus, patriarcalismo.

---

Não é obra do poder ou da revolução, mas procede da natureza das coisas, a influência que sempre teve e há de ter uma família numerosa, antiga e rica e cujos membros sempre figuraram nas posições sociais mais vantajosas. Esses Cavalcantis antes da nossa emancipação política já figuraram como capitães-mores, tenentes-coronéis, coronéis e oficiais de ordenanças e milícias e em todos os cargos da governança. Os engenhos que a maior parte deles tem, foram havidos por heranças transmitidas por seus maiores e não adquiridas depois da revolução (isto é, independência) [...] Nestas circunstâncias, com estes predicados e elementos e no estado normal da sociedade, é impossível que essa família não exerça influência. Uma família antiga, rica e numerosa, composta de membros que sempre ocupam as melhores posições sociais só não terá influência quando a sociedade estiver transtornada, quando todos esses elementos de uma influência regular e legítima estiverem obliterados pelo predomínio da violência, pela confusão da anarquia, pelo revolvimento da sociedade. (José Thomaz Nabuco de Araújo, *Justa apreciação do predomínio do Partido Praieiro*, Recife, 1847)<sup>1</sup>

Este artigo traz uma breve reflexão sobre como a temática da família foi trabalhada pela historiografia brasileira e discute os ganhos interpretativos que a perspectiva da micro-análise, juntamente com a ampliação do corpus documental e do universo conceitual, traz para a pesquisa na área da História da Família<sup>2</sup>.

As reflexões sobre a família estão na base pensamento social brasileiro. Duas grandes formas de pensar a família protagonizaram a discussão no campo da História até muito recentemente. A primeira matriz entendia a família na sua relação com o Estado, tendo como preocupação principal o estudo do processo de formação do Brasil como nação. Estes trabalhos, escritos na forma de ensaios entre as décadas de 1920 e 1950 enfocavam o processo de formação da identidade nacional e dirigiam suas investigações, majoritariamente, para as classes dominantes, devido a seu importante papel na fundação da empresa colonial. O corpus documental utilizado se compunha fundamentalmente de memórias e relatos de viajantes, autobiografias, cartas régias, decretos e atas da Câmara Municipal. Inserem-se nesta vertente as obras de diferentes intelectuais - Oliveira Viana (1920), Gilberto Freyre (1933), Sergio Buarque de Holanda (1936), Alfredo Ellis (1936), Cassiano Ricardo (1940), Caio Prado Jr. (1942), Alceu Amoroso Lima (1945) e Antônio Cândido (1958). Dentre os citados, Gilberto Freyre, por exemplo, colocou a família no centro do debate considerando-a o mais vivo e absorvente órgão de formação social brasileira:

A família, não o indivíduo, e nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, (...) a força social que se desdobra em política, constituindo-se numa aristocracia colonial. (Freyre, 1933, p.18)

Para estes intelectuais da primeira metade do século XX, a família atuava como unidade colonizadora que condensava, em diferentes graus, as três raças

---

<sup>1</sup> José Thomaz Nabuco de Araújo (1764-1844) foi um importante político baiano que exerceu os cargos de deputado geral, ministro da Justiça e senador do Império. Teve sua história registrada na biografia intitulada "Um estadista no Império", escrita por Joaquim Nabuco, seu filho, que se tornaria um atuante líder abolicionista.

<sup>2</sup> Sobre a perspectiva da micro-história, consultar: Ginzburg, 1987, 1989; Levi, 1992; Lima, 2006; Oliveira & Almeida, 2009.

formativas da nacionalidade brasileira e se via atrelada às especificidades de uma sociedade escravista e patriarcal, mesmo que entendida como tendo perfis distintos dependendo da temporalidade e da região tratada pelos autores. Enquanto Gilberto Freyre e Antônio Cândido ressaltaram as famílias senhoriais constituídas nas áreas monocultoras do nordeste, mais especificamente nas casas grandes dos engenhos pernambucanos e baianos, Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis destacavam os bandeirantes em seus grupos familiares, as casas de taipa e palha, o nomadismo e os diferentes valores culturais dos paulistas, deixando para Alceu Amoroso Lima a reflexão sobre o tipo mineiro através da defesa da miscigenação como formativa dos valores culturais e familiares daquela região. Na perspectiva destes “fundadores do estudo da família no Brasil”, o patriarcalismo era uma marca inegável da sociedade brasileira.

A segunda matriz desenvolvida possuía um caráter mais amplo e reunia os historiadores que, impulsionados pela busca de novos objetos, temas e problemas se dedicaram ao estudo do núcleo familiar em si mesmo. Colocando em cheque a perspectiva anteriormente delineada, os estudos feitos a partir dos anos 1970 retomaram a temática da família pelo viés da História Social e a construíram definitivamente como um campo específico da historiografia brasileira. Neste momento, Muriel Nazzari (1998; 2001) e Elizabeth Kuznesof (1988) ressaltaram as análises da economia doméstica a partir da interpretação de inventários post-mortem, testamentos, contratos de casamento e dote, diferenciando-se da perspectiva ensaística anteriormente citada. Na década seguinte, os métodos da demografia histórica desenvolvidos pelo chamado Grupo de Cambridge<sup>3</sup> se consolidaram entre os historiadores e antropólogos brasileiros. Tiveram destaque os trabalhos pioneiros de Iracy Del Costa (1977), Mariza Corrêa (1975) e Eni Samara (1977). Sob o viés da demografia histórica e dos estudos de gênero, tais autores pesquisaram a família, composição de domicílio, nupcialidade, fecundidade e equilíbrio entre os sexos, tendo como *locus* privilegiado diferentes localidades de São Paulo e Minas Gerais. Trabalhando com fontes seriais como registros paroquiais e listas nominativas de habitantes, encontraram modelos de organização familiar onde a maioria dos fogos não era de estrutura numerosa ou formada por parentes, agregados, escravos; todos submetidos ao poder absoluto do chefe da casa, como descreveu Freyre para o modelo patriarcal. Ao contrário, na nova interpretação o Brasil possuiria diferentes tipos de famílias: chefiadas por mulheres, com muitos filhos, com poucos filhos, unidas por casamentos legais ou concubinatos, etc.

Duas consequências importantes do debate entre os historiadores demógrafos e Freyre podem ser destacadas. Primeiro, ocorreu uma ampliação dos temas de pesquisas na área da família, que passou a incluir também o papel da mulher, os tipos de casamento, as relações de concubinato, a ilegitimidade, os laços de compadrio, celibato e casamento, sexualidade, divórcio e separação, dentre outros. Segundo, houve uma forte rejeição ao conceito de patriarcalismo

---

<sup>3</sup> O Grupo de Cambridge (Cambridge group for history of population and social structure) surgiu na Inglaterra na década de 1960. A partir da metodologia desenvolvida, iniciou-se um questionamento da unidade doméstica européia enquanto vasta e complexa. Um de seus principais expoentes foi Peter Laslett que desmistificou as noções de casamentos precoces e vastas unidades domésticas, englobando uma complexa parentela e membros não consanguíneos. Para obter um panorama da produção historiográfica brasileira sobre família, consultar: Faria, 1997; Samara, 1988.

freyreano, tendo por base as pesquisas empíricas e quantitativas da composição dos fogos e domicílios baseadas em documentação seriada.

O artigo *Repensando a família patriarcal brasileira* de Mariza Corrêa (1994) foi significativo para a difusão desta, pois identificava-o como generalizante, impeditivo de se pensar outros modelos de família e pouco valorizador da autonomia dos grupos na sociedade colonial. A autora se baseava nos dados encontrados para diferentes regiões onde havia múltiplos tipos de famílias, inclusive, com composições nucleares e mulheres chefes de domicílio. A polêmica levou outros historiadores a um longo debate e diferentes posições foram tomadas sobre o assunto ao longo dos anos de 1990 e 2000. Neste contexto, Ronaldo Vainfas (1997) fez um importante alerta segundo o qual, no entender de Freyre, não haveria uma equivalência entre os conceitos de família patriarcal e família extensa. Portanto, o número de pessoas que coabitavam o mesmo domicílio não foi um elemento essencial para sua formulação sobre patriarcalismo, exceto como indício do poder do *pater-famílias*. Tal conceito remete, sobretudo, ao poder pátrio, à autoridade dada aos pais e aos maridos sobre seus filhos e esposas. Portanto, Freyre nunca teria negado a existência de outros tipos de organização familiar diferentes do patriarcalismo, apenas não os considerava predominantes na região de Pernambuco e do Recôncavo Baiano, seu *locus* principal de reflexão.

Na atualidade, o debate sobre o conceito de patriarcalismo não está extinto. Pesquisas recentes no campo da História da família, a exemplo de Silvia Brügger (2002), B. J. Barickman (2003), Antônio Otaviano Vieira Jr. (2004), Cacilda Machado (2008), Mariana Muaze (2006; 2008) propõem uma mudança na chave interpretativa e veem patriarcalismo como uma representação do poder familiar, um modelo social a ser seguido onde os membros constituintes de uma determinada família se pensavam mais como parte de um grupo, com tradições e identidades próprias, do que como indivíduos, isso por si só já caracterizaria uma lógica familiar patriarcal. Ainda assim, os historiadores têm apontado a importância de se pulverizar o conceito de família, bem como suas formas de abordagem e metodologia de trabalho (Bacellar & Scott, 2005; Machado, 2006; Muaze, 2008; Scott, 2014). Dessa maneira, seria mais correto utilizar o substantivo no plural, recorrendo ao estudo de diversas famílias em diferentes épocas e espaços. Em linhas gerais, o que prevalece são análises que destacam grupos sociais, temporalidades e regiões específicas, entretanto, sem perder de vista as reflexões teóricas mais amplas acerca das estruturas familiares no Brasil.

Nas últimas duas décadas, o processo de diversificação de fontes se acentuou ainda mais, bem como os problemas e grupos sociais abordados. Luciano Figueiredo (1997), por exemplo, pesquisou os autos da Devassa para estudar o cotidiano de sentimentos, violências e solidariedades entre as famílias dos chamados “desclassificados” da sociedade mineradora setecentista. Sheila de Castro Faria (1998) utilizou vasto material documental de natureza demográfica e judicial para analisar a riqueza, a família e a vida cotidiana dos diversos grupos que compunham a sociedade de Campos dos Goytacazes (RJ), dentre os quais a formação familiar era uma referência de estabilidade e fixação. No campo da demografia histórica, os trabalhos de Carlos Bacelar (1997), Cacilda Machado (2006), Ana Sylvia Volpi Scott (2014) e Roberto Guedes (2008), possibilitam uma importante quantificação das realidades dos domicílios, sem descartar a compreensão das relações sociais e familiares. Tal esforço se verifica também nas pesquisas acerca da família escrava no Brasil com ênfase nos trabalhos

desenvolvidos por Robert Slenes (1999), Manolo Florentino & José Roberto Góes (1997) e Ricardo Salles (2008) que perscrutaram sobre a vida em família e a organização familiar dos cativos a partir de inventários, testamentos, processos crime e relatos de viajantes, rebatendo definitivamente as interpretações que negavam as condições para a existência de laços familiares nas comunidades escravas.

No que compete às fontes e metodologias utilizadas para a História da família, a micro-história pode dar uma importante contribuição quando capaz de reconstruir as relações entre a experiência dos indivíduos particulares e o espaço de possibilidades existente no interior de uma determinada formação histórica. Para tanto, o historiador pode lançar mão de um variado universo de documentos privados (cartas, diários, fotografias, livros de assento, cadernos de anotações), até então pouco utilizados pelos estudiosos da família, e cruzá-los com fontes já conhecidas (inventários, testamentos, livros de batismo e casamento, processos de banho, lista nominativas) no sentido de construir uma reflexão que opere com as escalas micro e macro de forma não hierárquica (Dale & Zeuske, 1998; Revel, 1998). Para tanto, ferramentas conceituais tais como laços familiares, estratégia familiar, classe social, dinâmica familiar e poder familiar se tornam fundamentais para a investigação das alianças matrimoniais, relações de compadrio, parentela, laços de dependência e amizade vistas como estratégias de poder que ligavam indivíduos e famílias nos diferentes grupos sociais. (Muaze, 2008)

### Tecendo redes e poderes

Na epígrafe que abre este artigo, o político baiano José Tomaz Nabuco de Araújo expressava sua crença na legitimidade do poder das famílias “numerosas, antigas e ricas” na política imperial. Tomando como exemplo os irmãos Cavalcanti, com forte protagonismo na política nacional e da província de Pernambuco, Nabuco de Araújo considerava natural, “da ordem das coisas”, que tais famílias exercessem as “melhores posições sociais”, pois tal hierarquia garantiria a estabilidade do Estado Imperial e a paz social. Ao contrário, o questionamento de sua supremacia era sinônimo de “desordem”, anarquia social e tempos de violência. O comentário servia para outras famílias da chamada classe senhorial do Império (inclusive, a do próprio Nabuco de Araújo) e expressava o enraizamento de um sentimento aristocrático que influía nas próprias formas de *ver o mundo* e de *se ver no mundo*. Ou seja, se constituía enquanto um *habitus*<sup>4</sup>, uma segunda natureza, compartilhada tanto pelos indivíduos, quanto “melhores famílias”, no sentido de criar elemento de identidade entre os membros da classe senhorial<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> De acordo com Norbert Elias, *habitus* é a forma de sentir e agir não reflexiva, o equivalente a uma segunda natureza, que, através do autocondicionamento psíquico, pouco a pouco vai fazendo parte da estrutura da personalidade do indivíduo. Para compreender melhor a forma como Elias entende e trabalha com este instrumental teórico, deve-se inseri-lo no contexto de sua teoria geral do “processo civilizador”. Sobre o conceito de *habitus* ver: Elias, 1984, 1993, 1994, 1995.

<sup>5</sup> A noção de classe senhorial utilizada neste artigo tem por parâmetro as reflexões de Ilmar Mattos para quem a classe senhorial seriam todos aqueles que aderiram aos princípios de ordem e civilização, envolvendo um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – “senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto os proprietários

Mesmo que não fosse esta a intenção, Nabuco de Araújo demarcava os fortes laços entre família e política no Império. Laços estes que extrapolavam a simples impressão individual e se fundavam como forma de domínio. Destarte, apresentada as principais matrizes de pensamento no campo da História da Família no Brasil (família na sua relação com o Estado; família como objeto de estudo em si mesmo), proponho que as mesmas sejam trabalhadas de forma não excludente. Pesquisas recentes dentre os quais me incluo têm mostrado que, intenções a princípio diferentes podem andar juntas quando se altera a escala de observação da análise histórica, conforme descreveu Jacques Revel (1998). Neste sentido, a micro-história torna-se uma importante aliada na recuperação do papel social e político dos atores históricos nos contextos familiar e não familiar, bem como para as discussões relativas às estratégias familiares de poder e manutenção da riqueza, às redes sociais e de solidariedade construídas no passado. Essa perspectiva, ela se abre como uma frutífera metodologia de investigação “especialmente se admitirmos que toda ação social é resultado de escolhas, de decisões do indivíduo e do grupo familiar,” (Scott, 2014, p.14) realizadas dentro de uma miríade de possibilidades demarcadas pelo contexto ao qual se inserem.

Assim, através das trajetórias individuais e familiares de membros da classe senhorial é possível ao historiador oferecer uma outra chave de compreensão para as relações entre o Estado e famílias, entre poder nacional e poder local, entre o público e o privado no Brasil oitocentista. Ao se acompanhar o fio de um destino familiar, em particular, deve-se ter em mente recuperar as mediações existentes entre a racionalidade individual e a identidade coletiva de modo a remontar um *habitus* (Elias, 1994) de classe que dava aos indivíduos a sensação de pertencimento não só ao seu grupo familiar, mas a classe dominante do Império, fortalecendo assim um dado *ethos* senhorial (Salles, 1998).

Proponho aqui uma História da Família que busque apreender as redes mais complexas de sustentação afetiva, cultural e de poder, tecidas pelas famílias de um dado grupo social, no caso estudado da classe senhorial do Império. Contudo, tais aspectos estão muito além do critério de coabitação anteriormente privilegiados e se expressam nas formas de comportamento em família, no papel exercido por cada um de seus personagens interna e externamente ao núcleo de origem, nas estratégias de sobrevivência familiar para manutenção do *status quo* na sociedade imperial. Para tanto, o historiador deve se valer de um leque alargado de fontes que lhe permitam conhecer o universo cotidiano e as relações afetivas tecidas entre os membros da família, bem como perceber as próprias formulações e definições de família e dos papéis familiares na trama social compartilhada.

Em pesquisa sobre a família Ribeiro de Avellar, grande proprietária de terras, cafezais e escravos do Vale do Paraíba fluminense, que culminou no livro *As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império* (2008), privilegiei dois tipos de fontes para uma análise de micro-história. A documentação íntima que incluía cartas, diários, livros de assento e fotografias; e a documentação cartorial representada fundamentalmente por testamentos, inventários, recibos de transações comerciais e diferentes tipos de escrituras. Através desta gama

---

rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além de professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes não públicos” (Mattos, 1990).

ampliada de documentos, reduzi o foco de observação e busquei perceber nos detalhes e singularidades o que o particular tinha de coletivo, sem, no entanto, reduzir as especificidades ou deixar de recriar os indivíduos a partir de seus contextos. (Revel, 1998, p. 17) Em termos metodológicos, a escolha da micro-análise coloca a necessidade de se definir família a partir da “descrição densa” das fontes selecionadas com o objetivo de recuperar, na medida do possível, as teias de significados construídos e compartilhados socialmente pelo grupo social em questão, no nosso caso, a classe senhorial do Vale do Paraíba Fluminense ao longo da segunda metade dos Oitocentos. Contudo, mais do que somente compreender os conceitos próprios efetivados pelos indivíduos, cabe pensar como os mesmos os utilizam como elementos de poder.

Tendo cumprido as primeiras duas tarefas a que este artigo se propõe, passo agora ao terceiro e último ponto no qual coloco alguns resultados da pesquisa realizada sobre o núcleo Ribeiro de Avellar, mas que revela aspectos fundamentais da família e das relações familiares de importante fração da classe dominante do Império ligada à cafeicultura se entendermos que, como quer Robert Darton “a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura” (1986, p. XVII).

### **Família e relações familiares: os Ribeiro de Avellar na fazenda Pau Grande**

Minha querida Marianinha,  
Somente para dar-te notícias nossas te escrevo estas poucas linhas. Vamos passando bem de saúde e com paz de espírito e assim todos da nossa família. Tua avó vai com melhoras, se bem que extremamente fraca e muito cismática. Tua tia Matilde tem estado doente, mas não de cuidado.(...)  
Teu pai e amigo do coração,  
Velho<sup>6</sup>

Em 1855, o conselheiro José Maria Velho da Silva, mordomo do Paço Imperial e descendente de uma importante família de traficante de escravos da primeira metade do século XIX, escrevia para sua filha Mariana Velho de Avellar que passou a habitar a fazenda Pau Grande, após ter contraído matrimônio com Joaquim Ribeiro de Avellar, filho do barão de Capivary, grande cafeicultor e capitalista com mais de 700 escravos. Ao despedir-se da filha, futura viscondessa de Ubá, demarcava fortemente o sentimento de *nós* e *eles* em relação a sua parentela. Sua definição de família, assim como a de Nabuco de Araújo e a utilizada pelos dicionários de época, informava os critérios de pertencimento às famílias da classe senhorial. Dentre eles, a coabitação não era o mais importante. Havia sido superada pela consanguinidade, pelas relações políticas e pelos laços construídos através de solidariedades e alianças.

A expressão “de boa família”, bastante utilizada nas cartas entre os Velho e os Ribeiro de Avellar, possuía um significado adjetivado, que indicava sua participação em um grupo seletivo e privilegiado que, na sociedade Imperial, coincidia com aqueles que podiam exercer ativamente a sua cidadania,

---

<sup>6</sup> Carta de José Maria Velho da Silva e Leonarda Maria Velho da Silva para Mariana Velho de Avellar, Rio de Janeiro, 1855, arquivo particular.

conforme os critérios estabelecidos pela constituição de 1824<sup>7</sup>. A estes estavam abertos os mundos da política e do governo, fazendo com que pudessem se estabelecer enquanto classe dirigente do Império. Mas, não era só isso. “Ser de boa família” equivalia a poder de gozar dos atributos de liberdade, propriedade e viver com opulência; privilégios circunscritos à aristocracia imperial. Derivava desta realidade, um sentimento aristocrático que influía nas próprias formas de ver o mundo e de se ver no mundo. Em última instância, este sentimento aristocrático se constituía enquanto um *habitus*, uma segunda natureza, compartilhada pelos indivíduos que compunham as chamadas “melhores famílias”, e por consequência, pelo próprio grupo dirigente; atuando, ao mesmo tempo, como padrão de comportamento e elemento de identidade de grupo, conforme descreve Norbert Elias (1993, 1994).

Apesar de terem existido inúmeros modelos de família e de formas de viver em família, seja entre os escravos, seja entre forros, sitiantes, agregados, arrendatários, vendedores e toda sorte de homens livre e pobres, os dicionários não os consideram em suas descrições. Suas referências estão centradas no que era idealmente concebido como modo de viver da classe senhorial. Assim, o discurso social acerca da família, produzido no interior da elite, corroborava um sentimento aristocrático que excluía as outras possibilidades de formações familiares e se auto-elegia como o modelo de família socialmente aceito.

A análise serial de mais de cem cartas trocadas entre os membros da família Avellar entre si veio demonstrar que a força da casa familiar também dependia das solidariedades que fossem estabelecidas com outras famílias, pois auxiliavam na manutenção do poder político, nas influências pessoais e no fomento do patrimônio. Da mesma forma, os casamentos eram oportunidades únicas de expandir a parentela, manter a honra e a fortuna, e consolidar novos laços de solidariedade que, se bem escolhidos, se reverteriam em maior prestígio, cabedal político e econômico para ambas as partes. Em última instância, as estratégias matrimoniais tinham como finalidade a conservação do *status quo* das famílias e da própria classe senhorial. Por isso, as minúcias dos arranjos matrimoniais revelam o esforço de consolidação de novas alianças políticas, econômicas e sociais que objetivavam estruturar uma rede familiar complementar que, em última instância, ia dar continuidade as casas familiares unidas.

Assim ocorreu com os acordos para o casamento de Mariana e Joaquim Ribeiro de Avellar Jr, onde a família da noiva exigiu que o futuro sogro se intitulasse barão. Joaquim Jr foi criado na fazenda Pau Grande pelo pai e pelas tias, mas a origem de sua mãe é desconhecida. E, somente aos 18 anos, Joaquim foi reconhecido como herdeiro universal do pai através de documento lavrado em cartório. A compra do baronato, bem como as futuras transações realizadas para os casamentos das filhas dos viscondes de Ubá, comprovam que o matrimônio era uma questão de propriedade no interior da classe senhorial durante todo o século XIX. Havia uma grande preocupação tanto com a preservação da fortuna, quanto com o prestígio que dele resultaria. Foram recorrentes, ainda no século XIX, os casamentos endogâmicos como forma de manter a riqueza dentro da mesma família. Por outro lado, as uniões

<sup>7</sup> A primeira carta constitucional brasileira, outorgada em 1824, estabelecia a distinção censitária entre cidadãos ativos, cidadãos passivos e não cidadãos. Era a partir dos atributos de liberdade e propriedade que se definiam os critérios de cidadania. A ausência destes atributos era definidora da massa de excluídos da sociedade civil: os escravos (Mattos, 1990, p. 116).

matrimoniais exogâmicas eram acertadas entre famílias com interesses econômicos afins ou mantendo uma equidade de fortuna e prestígio entre os envolvidos. Como se vê, a lógica hierarquizadora fundadora da composição social do Império era reproduzida no interior da classe senhorial quando o assunto era casamento<sup>8</sup>.

Um bom casamento para os herdeiros e herdeiras significava, na prática, a perpetuação do nome e da honra de uma determinada casa familiar no tempo. Ou seja, se confirmava como uma *herança imaterial* (Levi, 2000)<sup>9</sup> repassada aos sucessores, e mantê-la para as gerações futuras era um grande desafio, que também incluía a preservação da riqueza como fiel da balança. Talvez, por isso, as estratégias matrimoniais tenham sido um grande foco de resistência aos novos valores e parâmetros ligados ao modelo familiar nuclear e ao individualismo que estiveram em pauta na segunda metade do Oitocentos na Europa.

A microanálise do grupo familiar Ribeiro de Avellar revelou que várias cerimônias cresceram de importância e tiveram um grande investimento em representação durante a segunda metade do século XIX. O cerimonial do casamento, por exemplo, possuía dupla atribuição. De um lado, era uma festa privada, onde se comemorava com os parentes e amigos a entrada numa nova fase da vida; de outro era um acontecimento público que seria participado aos pares sociais dando um novo *status* aos nubentes. Enquanto tal se tornou uma ocasião privilegiada para disputas por representação e elementos de prestígio entre as famílias. Ao longo do século XIX, esta comemoração foi incrementada em termos de etiqueta sofisticada e incluiu novos elementos como bailes de comemoração, viagens de lua de mel, fotografia do casal e requintado enxoval. Para que todas as prerrogativas fossem seguidas, haviam manuais de etiqueta que ensinavam todas as regras sócias estipuladas. Outros eventos como batismo, primeira comunhão e formatura também sofreram uma valorização pública e sofisticaram seus artefatos de representação no interior da classe senhorial. As fotografias nos álbuns de família demonstram claramente esse processo. Nos dois álbuns de retrato completos pertencentes aos Ribeiro de Avellar, encontra-se imagens dos netos da viscondessa na época do batismo e da primeira comunhão, bem como dos filhos na ocasião da formatura, noivado e casamento. As imagens fotográficas avulsas comprovam que muitos destes artefatos eram trocados com os pares sociais como forma de construir uma representação e um *habitus* comum. Neste processo, as celebrações familiares adquiriram um valor hierárquico externo - pois separavam os membros da

---

<sup>8</sup> Aqui é interessante se notar que Cacilda Machado em uma pesquisa para São José dos Pinhais em início do século XIX percebe que outros grupos sociais acabavam por reproduzir uma lógica patriarcal: “a generalização das práticas patriarcais não constituía pura e simples adesão ao ideário da elite, mas um esforço de movimentação ascendente na hierarquia social. Por essa razão, todos os grupos tinham que marcar e reiterar as desigualdades ou mesmo produzir novos índices de diferenciação. Lembro, por exemplo, que através da designação da cor e da condição jurídica nas listas nominativas e nos registros de batismo e casamento, parte da população livre era vista, ao menos aos olhos da elite, “com um pé na escravidão”, e parte da população escrava (notadamente aquela nascida no lugar) tinha “um pé no mundo dos livres”. Creio que tal visão não era a consciência das diferenças, e sim um dos mecanismos produzidos e sistematicamente acionados no esforço de criar as diferenças” (Machado 2008, p. 201).

<sup>9</sup> Para Levi, as estruturas de pensamento, as estratégias grupais, as táticas familiares de perpetuação de prestígios são poderem invisíveis que se constituem enquanto “herança imaterial” de um indivíduos para seus familiares e vice-versa.

aristocracia, que poderiam custear tais festas com todo requinte e pagar por retratos em estúdios requisitados, daqueles que não tinham condições sócio-econômicas para tal. Mas, não era só isso. As cerimônias e seus elementos de representação também atuavam como diferenciador intra classe. Assim, havia eventos e comemorações mais pomposas do que outros. Mas, com o tempo, o padrão de comportamento da classe dominante também efetivou-se como parâmetro para as demais camadas da sociedade, contudo com reproduções menos requintadas. (Muaze, 2006)

Outro elemento primordial para a aquisição de prestígio foram os títulos de nobreza. Somas significativas de dinheiro foram aplicadas pelos senhores para garantir o baronato já que o atributo de grande proprietário de terras e escravos proporcionava comando e importância locais; todavia, não gerava o reconhecimento social desejado pela classe dominante. No que compete ao barão de Capivary, todos os passos para a compra de seu título foram registrados em cartas que trocou com seu comissário de café no Rio de Janeiro, Domingues Alves da Silva Porto, que fez toda a política necessária, bem como o pagamento dos proventos para seu enobrecimento. Desta forma, o quesito fortuna foi incorporado pelo nobilitação porque, salvas as exceções por mérito, para se obter titulação era necessário um bom cabedal que proporcionasse contribuições pomposas ao Estado. No cálculo do prestígio social dos indivíduos e suas famílias também entrava a capacidade de circulação e sociabilidade nos altos círculos da Corte. Ser alto funcionário, ou melhor, “ter uma posta”, como se dizia na época, era garantia de renda, prestígio e posição social. De acordo com José Murilo de Carvalho (1998), este aspecto era reiterado pela própria lógica do Estado Imperial, onde boa parte dos elementos com possibilidade de acessar posições na elite política, de alguma maneira, estava vinculada à máquina estatal.

Os grandes proprietários também buscaram participar, direta ou indiretamente, da política local. Esta responsabilidade os envolvia nas questões referentes ao orçamento municipal e levantamento de fundos para obras públicas, inclusive, através de contribuições privadas. José Murilo de Carvalho lança mão do conceito de “dialética da ambiguidade” para caracterizar a dinâmica das relações entre os proprietários rurais e a burocracia imperial, demonstrando que em vários momentos os interesses da Coroa e da classe proprietária rural entraram em descompasso durante o Segundo Reinado. No que concerne às contas públicas e ao controle orçamentário, por exemplo, defende que, por diversas vezes, o governo central procurou atender aos interesses agrários (construção de ferrovias e facilitação de créditos agrícolas), quando estes caminhavam na direção de trazer vantagens à economia de exportação, principalmente o café. Entretanto, o mesmo não se verificou em relação às despesas com justiça, administração do governo central, educação, obras de infraestrutura e assistência pública, principalmente nas províncias. Nestes casos, o orçamento reduzido destinado pelo Governo era complementado por contribuições privadas para a construção e funcionamento de escolas, cemitérios, abrigos, hospitais, etc; perpetuando um entrelaçamento das esferas pública e privada, e fortalecendo, ainda mais, o poder daqueles que a financiavam. Como metaforizava Paulino José Soares de Souza, o visconde Uruguai, um dos políticos mais influentes do Império, “a burocracia do Estado era macrocefálica: tinha a cabeça grande, mas os braços muito curtos.

Agigantava-se na Corte, mas não alcançava as municipalidades e mal atingia as províncias". (Carvalho, 1999)

No Segundo Império, a situação acima descrita foi recorrente. Mesmo as províncias mais ricas, como era o caso de Vassouras, apresentavam o problema da falta de recursos e buscavam a superação deste impasse através do apelo direto ao patrimônio particular do cidadão comum ou do próprio servidor público. Foi assim, em fevereiro de 1848, durante a viagem do Imperador d. Pedro II a Vassouras, quando suas despesas foram custeadas por Pedro Correia e Castro que, logo em seguida, foi feito barão com grandeza do Tinguá. Em retribuição ao título, ainda arcou com a construção da Santa Casa da Misericórdia de Vassouras no valor de dez contos de réis. Exemplos como este mostram que a política de distribuição de recursos levada a cabo pelo Estado Imperial favorecia os cafeicultores em um duplo aspecto. De um lado, buscava incentivar medidas que trouxessem desenvolvimento econômico, como a concessão de créditos agrícolas e a construção de ferrovias, que auxiliassem no fortalecimento da produção cafeeira. De outro, ao não ocupar este espaço a nível local no tocante às províncias, a Coroa deixava um vazio que era preenchido pelos grandes senhores de terras e homens que o almejavam em troca de prestígio social, aquisição de títulos e privilégios políticos, arraigando ainda mais seu poderio em suas localidades.

Tais sutilezas e estratégias de poder só podem ser entendidas se ampliarmos o entendimento de política para além da ocupação de cargos legislativos e incorporarmos outras variáveis como participação na Guarda Nacional, tamanho da terra, relações pessoais e favorecimentos que esta pode gerar, número de dependentes com direito de voto e redes de sociabilidade e amizade com pares e representantes políticos. O caso de Joaquim Ribeiro de Avellar Jr, filho do barão de Capivary, é significativo. Com o nome acertado pelo pai para a chapa de Francisco José Teixeira Leite, barão de Vassouras, na eleição para a Câmara Municipal, desistiu do cargo em detrimento de um posto na Guarda Nacional. Todavia a escolha não representava uma desistência no que concernia à ocupação de um lugar de poder na cena política local. Ao contrário, demonstrava que a possuía outras esferas de atuação, diferentes da Câmara ou da Assembleia Provincial, que poderiam se justapor ou concorrer, como demonstra a troca de correspondências entre o barão de Capivary e o amigo e líder político Joaquim José Teixeira Leite, irmão do barão de Vassouras:

Ao Ex Sr Barão de Capivary,

(...) Quando apareci entre os eleitores que se estavam reunindo para combinarem a respeito dos candidatos em que se havia de votar, já haviam aprontado o mínimo de votos que devia caber ao protegido de V. Ex o candidato Borges, vendo eu que o vosso Joaquim Ribeiro achava-se satisfeito com esses algarismos pareceu-me não dever também fazer nenhuma reflexão. Ontem consultei meu sogro a respeito do Comando Superior da Guarda Nacional. Acrescentou meu sogro que se aproveitou a consultar as famílias importantes, compreendendo na criação do Comando Superior, acerca das pessoas mais idôneas para oficiais. Procedera em conformidade de consultar por entender que é esse o único meio de obter a comprovação e boa vontade de todos. (...)

Amigo afetuoso,

Joaquim Jose Teixeira Leite<sup>10</sup>.

Da capacidade de preservação da riqueza dos membros de uma casa familiar dependia seu poder e prestígio. O patrimônio era entendido, a um só tempo, como necessidade econômica e afirmação simbólica. A “sobrevivência” familiar fazia parte do cotidiano, sempre projetado para esse fim. Os diários de fazenda e livros de assento descrevem dia após dia o que era produzido e gasto nas plantations cafeeiras, não somente para a sua manutenção e produção, pois incluíam também as despesas da casa-grande. Quase diariamente, um tempo familiar essencialmente masculino reafirmava a lógica da preservação da riqueza e do patrimônio no interior do grupo estudado. Contudo, o governo da casa tinha o protagonismo feminino, pois a riqueza era considerada um elemento essencial para a continuidade do grupo e todos deveriam contribuir nesta direção.

A análise comparativa dos inventários e testamentos de membros das famílias Ribeiro de Avellar e Velho da Silva e seu cruzamento com sua documentação íntima revela que a riqueza, poder político e prestígio social, apesar de relacionados, não eram indissociáveis. Se no início dos Oitocentos o mais significativo para obter prestígio era fazer grandes doações ao Estado ou à Igreja e conquistar honrarias e mercês. No apagar das luzes do século o que falava mais alto era educação, instrução, refinamento, viagens, domínio das línguas estrangeiras e boas relações pessoais entre os indivíduos, o que demonstra que as formas se manter entre as “melhores famílias” também mudou ao longo do século. Portanto, estar atento a essas nuances foi condição essencial para legar às gerações futuras uma *herança imaterial* (Levi, 2000) atualizada no tempo.

Os patriarcas da aristocracia senhorial do Vale fluminense regeram de formas diferenciadas seus negócios. A pesquisa dos inventários e documentos contábeis das duas gerações da família Ribeiro de Avellar que se sucederam na administração da fazenda Pau Grande indica um caminho interessante. O barão de Capivary (1817-1863) ainda era menor de idade quando se mudou para a província com sua mãe d. Antônia e as irmãs. Ele passou a administrar os negócios logo após alcançar a maioridade na década de 1830. Depois da morte de sua mãe, concluído o inventário, alargou seu poder ao concentrar a administração dos bens das irmãs solteiras. Sua grande empreitada foi realizar a transição da economia do açúcar para o café nas terras de sua família. A escolha foi mais do que acertada e, em pouco tempo, o café se tornou o principal produto das exportação brasileiras, gerando imensos lucros. Desta forma, o barão multiplicou a riqueza herdada, calculada em terras e escravos, emprestando dinheiro a juros e se beneficiando das redes de poder geradas pela atividade política que exerceu na câmara de Vassouras ainda no período da fundação da vila. Seu inventário contabilizou mais de 700 escravos e várias terras, além da fazenda do Pau Grande herdada. Seu maior investimento em capital simbólico foi a compra do título de barão, exigida pelo casal Velho da Silva para a realização do casamento de seu único filho Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. com Mariana Velho da Silva.

<sup>10</sup> Carta de Joaquim José Teixeira Leite ao Barão de Capivary, s/d. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 51. A correspondência entre ambos compõe uma série de cartas datadas de 30 de abril de 1853 a 28 de maio de 1863.

O próximo administrador da casa do Pau Grande foi o visconde de Ubá (1863-1888), único filho do barão de Capivary. Como estratégia impôs uma mudança nos padrões de acumulação e investimento anteriormente executados. Manteve a atividade usurária, reduziu a compra de escravos e passou a vender as fazendas e sítios adjacentes a sua propriedade principal. Em compensação, aumentou a aquisição de imóveis urbanos (corte e Petrópolis, principalmente), diversificou investimentos, acumulou títulos da dívida pública e fez investimentos em bens de prestígio. Realizando tais transformações, diferentemente de outras famílias de cafeicultores do vale do Paraíba fluminense que entraram em decadência na chamada crise da escravidão, os Ribeiro de Avellar conseguiram atravessar a década de 1880 com relativo conforto financeiro.

O estudo do núcleo familiar Ribeiro de Avellar vem demonstrar que, a decadência financeira descrita, pela historiografia clássica, como característica de toda classe senhorial do vale do Paraíba fluminense, a partir dos anos setenta, não deve ser generalizada. Algumas alternativas pessoais de investimento foram capazes de escrever outras histórias.<sup>11</sup> Contudo, apesar da riqueza acumulada graças a uma mudança no padrão de investimentos, o grande número de filhos (seis vivos na distribuição dos bens) poderia se tornar um comprometedor da integridade do patrimônio familiar na hora da partilha. Na vida adulta dos filhos, o visconde de Ubá adotou novamente procedimentos diferentes do barão do Capivary, que manteve todas as suas irmãs menores solteiras para não desmembrar os bens da casa do Pau Grande. Joaquim realizou uma política de casamentos exogâmicos no interior do círculo das melhores famílias do Império, conseguindo famílias afortunadas para suas quatro filhas. Dessa maneira, abriu uma nova rede de solidariedades, obrigações recíprocas e alianças com ricas famílias, principalmente por meio de noivos bacharéis ligadas a casas renomadas e envolvidas com a política no Império. Contudo, isso só foi possível porque houve um investimento anterior na educação, refinamento e instrução das moças que foram bons partidos dentro da lógica de reprodução familiar vigente na classe senhorial.

A comparação e a análise detalhada das duas gerações de patriarcas demonstrou que, os elementos de prestígio mudaram ao longo do século XIX. A compra de títulos e honrarias, atributos externos, mesmo que importantes, já não era suficiente. Formação, educação, instrução, etiqueta e cabedal cultural haviam adquirido forte peso. Todavia, o peso do bom nome familiar se mantinha como patrimônio constituído e legitimado pela vasta rede de amizades, reciprocidades e troca de favores constituídos ao longo de gerações. No que compete aos filhos homens do visconde e da viscondessa de Ubá, Antônio Ribeiro e Joaquim, se formaram em Direito e seguiram a carreira de

<sup>11</sup> Sobre as fases do café, Stein defende uma cronologia que vê na década de 1850/60 o ápice da chamada civilização do café e, por decorrência, a década de 1870 já vislumbraria a decadência desta cultura devido ao empobrecimento dos solos, pouca tecnologia e fechamento da área de fronteira agrícola. Contrastando com esta interpretação e partindo de dados sobre a importação de escravos pelo município, Robert Slenes defende que, nas décadas de 1870/1880, a produção do cafeeiro se encontrava em franca expansão. Segundo o autor, “no período de 1850- 1881, e especialmente na década de 1870, a evolução da população escrava nas regiões de grande lavoura não sugere um quadro de declínio e muito menos de decadência” p114. Desta forma, propõe uma cronologia interpretativa diferente de Stein. A crise da economia escravista e cafeeira do vale do Paraíba fluminense estava em fase de crescimento de 1850 e 1872 e teve a sua decadência marcada mais acentuadamente na década de oitenta. Ver Stein, 1969; Slenes, 1986, pp. 103-157.

políticos, mantendo suas terras e a rede de poder local. Mesmo com patrimônios financeiros reduzidos, se comparados aos herdados pelo pai e avô, o sobrenome carregou a força da tradição. Ambos foram vereadores da República por diversas vezes e o filho mais novo foi eleito prefeito em 1922. O poder e a tradição constituídos pela família no tempo atuava como *herança imaterial* que, enquanto capital simbólico, auxiliou-os a entrar a manter um capital socioeconômico (Levi, 2000).

No que se refere aos papéis familiares, as transformações acompanharam alguns ideais da família burguesa europeia. Contudo, a forte convivência entre ordem escravista e ordem familiar existente no Brasil dava um significado próprio aos valores que aqui chegavam. A mulher foi elevada ao papel social de mãe a quem caberia zelar pela vida doméstica, o governo da casa e a criação dos filhos. Neste sentido, sua educação e instrução se tornaram atributos básicos para concretizar a principal tarefa para a qual tinha vindo ao mundo: a maternidade, vista como um dom natural. Assim, o universo feminino, antes encerrado no ambiente doméstico, se ampliou. No novo modelo de comportamento era requerido à mulher que mantivesse uma convivência social com amigos convidados a frequentar a casa, bem como com os filhos e parentes. Sua obrigação era a de “bem receber” e criar uma atmosfera agradável aos visitantes. Da mesma forma, no espaço público, valorizavam-se os lugares de convivência e multiplicavam-se as possibilidades de sociabilidade e consumo: confeitarias, lojas, teatros, clubes, modistas, etc.

O papel masculino se manteve arraigado à esfera da produção como o principal realizador e mantenedor da riqueza e do patrimônio. Além disso, cabia-lhe o comando no círculo familiar e na sociedade, tendo seu principal apoio no código civil que o colocava como gerenciador dos bens e da vida feminina. Entretanto, no interior do núcleo familiar, aos homens cabia zelar pela educação física, educação moral e instrução dos filhos. É claro que a esposa gerenciava os assuntos diretamente relacionados à criação, como cuidar da higiene, controlar os horários de estudos, contratar e fiscalizar os professores e tutores particulares, como fartamente é possível se perceber nas cartas e livros de contabilidade da viscondessa de Ubá. Todavia, conforme o novo *habitus* que se consolidava, fazia parte das funções paternas dar exemplo de boa conduta moral e educação aos filhos, além de supervisionar as orientações femininas. Muito embora os papéis masculinos e femininos tenham sofrido uma importante reconfiguração, talvez, a maior alteração na dinâmica interna da família esteja na valorização sofrida pela criança. (Muaze, 2008).

A partir da segunda metade do século XIX, o tema da criança e da infância se tornou cada vez mais constante e de interesse das famílias da classe senhorial. Sua boa educação e instrução eram garantia de perpetuação do nome, tradição e patrimônio familiares e, ao mesmo tempo, adequava-se perfeitamente ao projeto Imperial de formar cidadãos antenados com suas diretrizes de ordem e civilização. Tal processo de “descoberta da infância” pode ser vislumbrado na representação fotográfica, na narrativa epistolar, nas várias edições e reedições de manuais para sua instrução e educação, no crescimento da oferta de produtos infantis, nos anúncios de jornal etc. Neste processo, fortalece-se a noção de família como reduto do amor, próximas de um padrão de família burguês, nuclear e monogâmico. Neste novo modelo, percebe-se um aumento dos espaços de sociabilidade e uma aproximação da criança com os

pais, acompanhando-os em passeios, banhos de mar, aniversários de familiares, piqueniques e visitas a amigos.

Esta nova concepção de família que nasceu na Europa dentro de um contexto de ascensão da burguesia e do modo de vida burguês, no Brasil obteve uma pintura diversa. De um lado, porque seus ideais circulariam prioritariamente entre as famílias da aristocracia; de outro devido à proximidade com a escravidão que inundava o cotidiano destas famílias através das amas de leite, escravos domésticos, cativos de ganho, enfim toda a sorte de homens, mulheres e crianças escravizados. Não como paradoxo, mas como condicionante da riqueza da própria classe senhorial, os escravos povoavam o cotidiano familiar e, na esfera privada, serviram como mais um atributo de diferenciação social na medida que executavam atividades cada vez mais refinadas e especializadas na manutenção diária da casa. (Muaze, 2016)

No âmbito privado, na intimidade das casas da classe senhorial, os valores da civilização europeia passavam por um processo de ressignificação que buscava conciliar modernidade e ideal aristocrático, liberalismo e escravidão, indivíduo e família patriarcal. Reproduzia-se, portanto, uma estratégia pública, utilizada pelo próprio Estado Imperial, que procurou manter uma negociação constante, cotidiana, das fronteiras no tocante a escravidão, cidadania e estado de direito. A família Oitocentista seria, portanto, aquela que apesar de se organizar de uma forma mais reduzida, muitas vezes em essência pai, mãe e filhos, ainda se mantinha atrelada às solidariedades da família extensa que se estendiam à política local, aos empréstimos de dinheiro, à prestação de favores, às obrigações recíprocas, às estratégias de casamento endogâmicas, etc. Por outro lado, as relações internas entre seus membros foram remodeladas cotidianamente tendo em vista um novo *habitus* vivenciado e experimentado pela classe senhorial. Nele, o antigo *pater famílias* fora transformado em cidadão e pai extremo, a quem cabiam a preservação do patrimônio, a supervisão do lar e a preocupação com a educação e instrução dos filhos.

Ao longo da segunda metade do Oitocentos, o patriarcalismo arraigado demonstrou a força da tradição mantendo os laços de dependência e solidariedade com a vasta parentela, ao mesmo tempo em que fomentava relações desiguais com visível privilégio masculino de pátrio-poder. Assim, a família sobreviveu enquanto cânone fundador que conjugava, sobretudo, patrimônio, riqueza, parentela, escravidão e valores patriarcais. Mesmo assim, se viu exposta às novas influências do individualismo, romantismo, padrões de consumo, liberalismo, discurso médico-científico, abolicionismo e com eles teve que negociar. Da mistura entre esses novos e velhos sentidos surge uma concepção de família e de viver em família própria do Brasil Oitocentista.

No limiar do século XIX, as palavras do senador Nabuco de Araújo que serviram de epígrafe para este artigo ainda tinham força e pareciam ditar as relações entre as famílias no Império do Brasil.

### Bibliografia

- BARICKMAN Bert J. "E se a casa-grande não fosse tão grande: uma freguesia açucareira no recôncavo baiano em 1835". *Revista Afro-Ásia*, 29/30, 2003. (pp. 79-132).

- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre senhores de engenho do oeste Paulista (1765-1855)*. Campinas, CMU/Unicamp, 1997.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado – Ana S.V. SCOTT. “Quarenta anos de demografia histórica”. *Revista Brasileira de Estudos da População*. 22, 2, 2005. (pp. 339-350).
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei; séculos XVIII e XIX)*. Niterói, UFF, ICHF, 2002.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. SP, ENESP, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo horizonte, UFMG, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. 4ª.ed., RJ, Civilização Brasileira, 2003.
- CÂNDIDO, Antônio. “The Brazilian Family”, in SMITH, T. Lynn – Alexandre MARCHANT (ests). *Brazil: portrait of half a continent*. NY, Dryden Press, 1951.
- COSTA, Iracy Del. “A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX”. *Revista do IEB*. SP, IEB-USP, 19, 1977. (pp. 17-34).
- CORRÊA, Mariza. *Os autos e os atos: representações jurídicas de papéis sexuais*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Unicamp, 1975.
- CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira” in ARANTES, Antonio Augusto et al., *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3ª. ed., Campinas, 1994.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. RJ, Graal, 1986.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. 2ª ed, Lisboa, Estampa, 1995.
- ELIAS, Norbert. *Mi Trayectoria Intelectual*. Barcelona, Ediciones Península, 1984.
- ELIAS, Norbert. *Processo Civilizador*. SP, JZE, 1993. vol II.
- ELIAS, Norbert. *Processo Civilizador*. SP, JZE, 1994. vol I.
- ELLIS, Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*, SP, Cia Editora Nacional, 1936.
- FARIA, Sheila de Castro. “História da família e demografia histórica”, in CARDOSO, Ciro Flamarion – Ronaldo VAINFAS (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. RJ, Campus, 1997.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. RJ, Nova Fronteira, 1998.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais do século XVIII*. SP, Hucitec, 1997.
- FLORENTINO, Manolo – José R. GOES. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. RJ, Civilização Brasileira, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 25ª. ed., SP, José Olympio Editora, 1987.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 3ª. ed., SP, Cia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa, DIFEL, 1989.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, SP, 1798-1850)*. RJ, FAPERJ/MAUAD, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20ª. ed., RJ, José Olympio editora, 1988.

- KUZNESOF, Elizabeth Anne. "A Família na Sociedade Brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980)" in *Revista Brasileira de História – família e grupos de convívio*. SP, Marco Zero, n. 17, 1988. (pp. 37-63).
- LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história", in BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. SP, ENESP, 1992.
- LEVI, Giovanni. "Três Histórias de Família: os núcleos parentais", in LEVI, Giovanni, *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. RJ, Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas*. RJ, Editora Agir, 1945.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. RJ, Civilização Brasileira, 2006.
- MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. RJ, Apicuri, 2008.
- MACHADO, Cacilda. "O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma". *Revista Brasileira de Estudos da População*, V. 23, n. 1, 2006. (pp. 167-183).
- MATTOS, Ilmar. *O tempo Saquarema*. SP, Hucitec, 1990.
- MUAZE, Mariana. *A Descoberta da infância. A construção de um habitus civilizado na boa sociedade imperial*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História. RJ, PUC, 1999.
- MUAZE, Mariana. *O Império do Retrato: Família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Niterói, ICHIF/UFF, tese de doutorado, 2006.
- MUAZE, Mariana. "Os guardados da viscondessa: fotografia e memória na coleção Ribeiro de Avellar", in *Anais do Museu Paulista: História e cultura material*. SP, USP/ Museu paulista, v. 14, n. 2, 2006. (pp. 73-106).
- MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. RJ, Zahar, 2008.
- MUAZE, Mariana. "O que fará essa gente quando for decretado o fim da escravidão" in *Almanack*. SP, V. 12, 2016. (pp. 65-87).
- NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. SP, Cia das Letras, 2001.
- NAZZARI, Muriel. "Dotes Paulistas: composição e transformações (1600-1870)". *Revista Brasileira de História – família e grupos de convívio*. n. 17, 1988, pp. 88-114.
- OLIVEIRA, Mônica – Carla ALMEIDA (org.). *Exercícios de Micro-História*. RJ, FGV, 2009.
- PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1942.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. RJ, FGV, 1998.
- SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. RJ, Civilização Brasileira, 2008.
- SAMARA, Eni. *A Família Brasileira*, SP, Brasiliense, 1977.
- SAMARA, Eni. "A história da família no Brasil". *Revista Brasileira de História – família e grupos de convívio*. SP, Marco Zero, n. 17, 1988. (pp. 7-35).
- SCOTT, Ana S.V. "A imigração portuguesa para o Brasil a partir de uma perspectiva microanalítica". *História Unisinos*, v. 11, 2007. (pp. 117-122).
- SCOTT, Ana S.V. "As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil". *História. Questões e Debates*, v. 51, 2009. (pp. 13-29).

- SCOTT, Ana S.V.. “Descobrimos as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente” in SCOTT at alli. *História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo, Oikos/Unisinos, 2014.
- SLENES, Robert. “Grandeza ou Decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888”, in NERO, Iracy Del (org.). *Brasil: História econômica e demográfica*. SP, IPE-USP, 1986. (pp. 103-157).
- SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor, esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. 1999.
- STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba*. RJ, Brasiliense, 1969.
- TOMICH, Dale – Michael ZEUSKE. “The Second Slavery: Mass Slavery, World-Economy, and Comparative Microhistories”. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*. 31, 2, 2008. (pp. 91-100).
- VAINFAS, Ronaldo. “Patriarcalismo e Misoginia”, in VAINFAS, Ronaldo *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. 4ª ed. , RJ, Nova Fronteira, 1997.
- VIANA, Oliveira. “Formação Social”, in VIANA, Oliveira, *Populações Meridionais do Brasil*. RJ, Paz e Terra, 1973.
- VIEIRA Jr., Antônio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes: a história da família no sertão (1780-1850)*, Fortaleza, Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

**Fontes manuscritas:**

Carta de Joaquim José Teixeira Leite ao Barão de Capivary, s/d. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 51. A correspondência entre ambos compõe uma série de cartas datadas de 30/4/1853 a 28/5/1863.

Carta de José Maria Velho da Silva e Leonarda Maria Velho da Silva para Mariana Velho de Avellar, Rio de Janeiro, 1855, arquivo particular.

**Mariana Muaze** é doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com pós doutorado pela Universidade de Michigan, e professora dos programas de graduação e pós graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

**Contato:** mamuaze@gmail.com.

**Recebido:** 01/12/2015

**Aceito:** 11/06/2016